



2  
3  
4  
5 **SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
6 **SUB SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
7 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA -**  
8 **CONADE**

9  
10 **ATA SUMÁRIA DA XLIII REUNIÃO PLENÁRIA**  
11 **REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2005**  
12  
13

14 Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e cinco, às nove horas, no Edifício Sede do  
15 Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi realizada a quadragésima  
16 terceira reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência –  
17 CONADE. A reunião foi dirigida pelo Presidente do Conselho Prof Adilson Ventura.  
18 **Conselheiros presentes:** Adilson Ventura – (UBC); Joelson Dias – (Ordem dos  
19 Advogados do Brasil); Antônio Carlos Sestaro - (Federação Brasileira das  
20 Associações de Síndrome de Down); Cândida Maria Bittencourt Carvalheira -  
21 (Sociedade Brasileira dos Ostomizados); Izabel Maria Loureiro Maior – (SEDH),  
22 José Diniewicz – (Federação Nacional das APAE); Mauro Meirelles Pena -  
23 (Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação); Tarcízio T. Cardoso -  
24 (ONEDEF); Genézio Vieira - (CEPDE-RJ); Messias Tavares - (APABB), Maria do  
25 Carmo Vieira, compareceu só no dia 01 - (ABRA); Marilene Pedrosa Leite,  
26 Marlene de Oliveira Gotti - (Ministério da Educação); Ritamaria Aguiar - (Ministério  
27 da Cultura); Regina Atalla - (CVI); Idarí Alves da Silva - (Conselho Municipal de  
28 Uberlândia); Leila Silva Cannalunga, Ermelinda Anunciação de Paula – (Ministério  
29 da Previdência Social); Sheila Miranda Silva – (Ministério da Saúde); Denise Costa  
30 Granja – (Ministério das Comunicações); Ana Maria Lima Barbosa – Ministério do  
31 Desenvolvimento Social e Combate a Fome; compareceu só no dia 2; Marcos  
32 Cordeiro de S. Bandeira – (Ministério dos Transportes); Maria Madalena Nobre,  
33 (Ministério do Turismo); Manoel Dias Santa Rosa – (ABEDEV); Janilton Fernandes  
34 – (CNC); Humberto Mendes (FARBRAS); José Alcides Marton da Silva FEBIEX)  
35 compareceu só no dia 01; Zélia Maria dos Santos (PESTALOZZI); Rodrigo Malta –  
36 (FENEIS); Cláudio D. J. de Siqueira – (Ministério Público Federal); Adelson Alves  
37 Silva, Lúcio Gontijo – (Superintendência de Política de Atenção ao Deficiente/GO);  
38 Isaura Maria Rodrigues (ASSOBEN/TO); Sandra Marinho Costa (Federação das  
39 APAES de Minas Gerais); Cláudia Werneck, Fábio Meirelles (Escola de Gente  
40 Comunicação em Inclusão); Judas Tadeu – (Pastoral da Saúde Nacional); Laura  
41 de Almeida – (CFESS); Martha B. Santos, Patrícia Vieira Silva – (CORDE); Renato  
42 Boareto (Ministério das Cidades), compareceu só no dia 2. O Presidente, Prof  
43 Adilson, iniciou os trabalhos informando que a CORDE, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Izabel Maior e

44 o CONADE, foram agraciados no dia vinte e cinco de agosto pelo Estado do Rio Grande do  
45 Sul, com o prêmio sobre Responsabilidade Social, em reconhecimento pelos trabalhos  
46 prestados bem como o Conselheiro Tarcisio, que representando o prefeito de Porto Alegre,  
47 também recebeu o prêmio, pela iniciativa e sensibilidade de criar a Secretaria Especial de  
48 Inclusão Social para as pessoas com deficiência. Na seqüência, o Prof Adilson deu a  
49 palavra ao Dr. Cláudio Drewes, representante do Ministério Público que pediu intervenção  
50 por conta da reunião anterior em que participou a Dr.<sup>a</sup> Eugênia Fávero, à cerca de  
51 comentários referentes à cartilha elaborada em conjunto pelo Ministério da Educação e o  
52 Ministério Público Federal quanto a inclusão de crianças ao ensino regular. Na intervenção,  
53 foi solicitado, que se fizesse a leitura da ata referente ao trecho mencionado pela Dr.<sup>a</sup>  
54 Eugênia para dirimir dúvidas a cerca do que foi escrito. O Prof. Adilson, esclareceu que a  
55 Dr.<sup>a</sup> Eugênia já havia se manifestando dizendo ter sido contemplada após alterações feitas.  
56 Dessa forma, questionou se haveria possibilidade da ata ser aprovada após estes  
57 esclarecimentos. A Dr.<sup>a</sup> Izabel Maior, se pronunciou pedindo desculpas ao Governo Federal  
58 dizendo que o Conselho estava buscando maior qualidade na elaboração das atas. A  
59 empresa responsável pela elaboração da ata se manifestou sugerindo que a gravação da  
60 reunião em questão, fosse disponibilizada para quem desejasse para que se fizesse uma  
61 análise mais apurada. Mediante essa posição, o Conselheiro Manoel Santa Rosa se  
62 manifestou dizendo que a credibilidade da Dr.<sup>a</sup> Eugênia existia independentemente de ser  
63 Promotora mais que também existia a seriedade de quem fez o trabalho e também do  
64 CONADE e para a preservação de ambos, sugeriu que a fita fosse então ouvida. O Prof  
65 Adilson, colocou então a gravação à disposição de todos e por medida cautelar, a ata ficou  
66 para ser aprovada na próxima reunião plenária. Na seqüência, passou-se a **Discussão e**  
67 **Deliberação sobre o CONADE e a CORDE**. A Conselheira Izabel Maior falou sobre as  
68 mudanças políticas que se processaram nos últimos dois meses dizendo que com a reforma  
69 ministerial alguns segmentos imediatamente perceberam que corriam riscos e um desses  
70 segmentos era a Secretaria de Direitos Humanos que desde a entrada do Presidente Lula,  
71 havia alcançado essa conquista com a promessa de que independentemente de qualquer  
72 redução que viesse acontecer no governo, manteria esse status. Para surpresa de todos, o  
73 Ministro Nilmário Miranda reuniu a Secretaria Especial dos Direitos Humanos para  
74 informar que houve por bem o Governo Federal, entender que a Secretaria de Direitos  
75 Humanos passasse à estrutura Geral da Presidência da República, cujo titular é o Ministro  
76 Luis Soares Dulci. Com essa nova estrutura, separa-se ainda mais, a CORDE do CONADE.  
77 Outra surpresa foi que a liberação orçamentária do ano vigente se faria em uma parcela  
78 extremamente pequena. Portanto, a margem de apoio aos projetos, serão diminuídas. A  
79 preocupação maior é que a estrutura orçamentária não garantiu para 2005 ao que se  
80 apresenta um corte de cinquenta por cento para 2006. Essa é a situação e cabe agora saber  
81 se a sociedade civil vai se articular e como avaliar se a mudança é positiva ou não para a  
82 estrutura das políticas com pessoas com deficiência e como fica esses dois órgãos frente as  
83 alterações da proposta da legislação. Quase todos os conselheiros se manifestaram a  
84 respeito do assunto tendo saído várias sugestões e uma delas foi que a sociedade civil se  
85 mobilizasse devido a força que tem na Câmara e no Senado, para a reversão dessa Medida  
86 Provisória. Foi proposta uma reunião só da sociedade civil para articulação. A proposta foi  
87 aprovada. Também houve manifestação em relação a periodicidade das reuniões que nesse  
88 momento deveria ser mais freqüente para melhor acompanhamento dos fatos e maior  
89 articulação. O Presidente sugeriu que fosse enviada ao Conselho uma solicitação por  
90 escrito, para a realização de uma reunião extraordinária com uma pauta clara e objetiva.

91 Proposta apoiada. Também foi proposto que a data para a referida reunião fosse dia vinte e  
92 um de setembro por ser o dia Internacional de Luta e anteceder a votação da Medida  
93 Provisória. Nesse momento passou-se ao relato da **Comissão Organizadora da I**  
94 **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. A Conselheira Cândida  
95 Carvalheira falou que o decreto já havia sido publicado e o regimento interno enviado para  
96 cinco mil e quatrocentos municípios. Em relação a data, previa a ampliação do prazo para o  
97 final de maio de dois mil e seis. O segundo ponto foi sobre a redução de cinquenta por  
98 cento do número de delegados. Quanto ao local foi sugerido a Academia de Tênis por ter  
99 tudo adaptado e uma acessibilidade maior. Para minimizar custos, foi sugerido a redução  
100 dos dias, de cinco para três dias e meio. O tema central sugerido foi “Acessibilidade, você  
101 também tem compromisso”. O texto para compor o material deverá ser de três laudas e em  
102 braile. Em relação a divulgação, foi pedido aos ministérios que têm seus espaços de mídia  
103 para ajudar na divulgação. Após manifestação do plenário, foi proposto que se enviasse por  
104 escrito, para todos os ministérios a solicitação de colaboração. A proposta foi aprovada.  
105 Também foi proposto a contratação de uma empresa de eventos para cuidar do assunto, sob  
106 a coordenação da Comissão Organizadora. Após consulta ao plenário houve consenso não  
107 havendo necessidade de votação. O Conselheiro Rodrigo Malta demonstrou a sua  
108 preocupação em relação a contratação de intérpretes já que vai precisar de um grande  
109 número. A Comissão organizadora disse que já estava previsto e o Conselheiro Genésio  
110 afirmou que já estava garantido no regimento interno. Encaminhamentos: 1) Com vinte e  
111 um votos a favor, foi prorrogada a data da Conferência para maio ou até sessenta dias para  
112 todas as etapas exceto para aquelas que já foram realizadas que será reconhecido o  
113 compromisso. A etapa estadual até trinta e um de março e a municipal até novembro. 2)  
114 Com vinte e um votos a favor, pela manutenção de mil e cem delegados e duas abstenções.  
115 3) Redução de cinco dias para três e meio, aprovada com vinte e um votos a favor e duas  
116 abstenções. O Próximo relato foi da **Comissão de Políticas Públicas**. A Comissão elegeu  
117 como relator o Conselheiro Messias Tavares de Souza. Devido a ausência de alguns  
118 membros da Comissão resolveu-se que seriam discutidos somente os itens de pauta cujos  
119 relatores estivessem presentes. O primeiro ponto foi uma Denúncia contra a APAE de  
120 Arroio Grande/RS sobre a inclusão de portadores de deficiência na rede regular de ensino.  
121 A primeira proposta foi no sentido de que o plenário aprovasse o relato da Comissão sobre  
122 o parecer da Prof Cláudia Griboski/MEC, recomendando a reclamante para que procure em  
123 sua cidade, a regional de ensino para o ingresso no ensino público a que tem direito,  
124 informando-a de que não tem limite de idade para este benefício e que a permanência na  
125 APAE não é obrigatória. Com dezenove votos a favor e quatro abstenções a proposta foi  
126 aprovada. A segunda proposta foi que o CONADE enviasse ao Dr. Luis Alberto um ofício  
127 recomendando essa decisão e solicitando esse encaminhamento inserindo no ofício um  
128 prazo de quinze dias para resposta. Com vinte e dois votos a favor e duas abstenções a  
129 proposta foi aprovada e a secretaria executiva ficando responsável pela elaboração do  
130 ofício. A Assembléia Legislativa do Ceará encaminhou um ofício sobre manifestação de  
131 alunos portadores de deficiência auditiva daquela localidade quanto as condições de  
132 trabalho dos intérpretes e instrutores daquele Estado. O plenário aprovou com vinte e três  
133 votos a favor e uma abstenção, o relatório da Comissão com as correções apresentadas. A  
134 Comissão sugeriu o encaminhamento da matéria ao Ministério Público do Trabalho. Serão  
135 enviados, um ofício para a Delegacia Regional do Trabalho e outro para o Ministério  
136 Público do Trabalho. O Conselheiro Rodrigo Malta, solicitou apoio do CONADE junto à  
137 Casa Civil para a regularização da Lei de Libras/10436, que deverá instruir sobre o direito

138 dos intérpretes sobre a linguagem. O CONADE encampou a proposta do Conselheiro  
139 RoDr.igo. Proposta de reformulação da Resolução CNE/CEB 2/201, que institui Diretrizes  
140 Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, em Brasília, no dia quatorze de  
141 setembro de dois mil e cinco. O Conselheiro Manoel Santa Rosa foi indicado para  
142 representar o CONADE. Manifestação sobre o ofício do Ministério Público Federal do  
143 município de Piracicaba sobre implementação da exigência de legenda nos filmes  
144 nacionais. O plenário resolveu que o assunto deverá ser tratado na próxima reunião da  
145 Comissão de Políticas Públicas. Ainda nesta Comissão, foi dado informe sobre o Programa  
146 Brasil Acessível. O Conselheiro Renato Boareto fez uma breve apresentação do programa  
147 informando que a Secretaria de Mobilidade Urbana construiu um programa em junho de  
148 dois mil e quatro, voltado para a construção das cidades, inserindo o tema das pessoas  
149 portadoras de deficiência. Convite para participação como observadores, para dois  
150 representantes do CONADE na Conferência Ibero-Americana Inter Governamental de  
151 Cooperação Técnica nas áreas de Pessoa com Deficiência e Pessoa Idosa com Seminário  
152 Internacional de Acessibilidade e Inclusão, concomitante, nos períodos da tarde, que será  
153 realizada em Natal de três a sete de outubro. Foram indicados dois nomes. Prof. Adilson e a  
154 Conselheira Regina Atalla. **Comissão de Orçamento.** Como representante da Comissão  
155 Permanente de Orçamento, o Conselheiro Marcos Bandeira gostaria de ter acesso a senha  
156 do SIGPLAN e ao SIAF. Após discussão, o plenário deliberou por votação, vinte e um  
157 votos a favor e uma abstenção, para que fosse feito ofício do CONADE à Secretaria de  
158 Direitos Humanos solicitando a liberação de senha para o referido conselheiro. Também  
159 solicitou a substituição de dois conselheiros faltosos na Comissão, por representantes do  
160 Ministério do Planejamento e da Fazenda. O Conselheiro Joelson, propôs que o assunto  
161 fosse retirado de pauta por julgar a matéria assunto a ser tratado pela presidência e por não  
162 haver condições regimentais para julgar a mesma. A proposta foi aprovada. Outra  
163 solicitação do relator foi em relação ao retrato orçamentário do CONADE. A proposta foi  
164 de fazer um trabalho em conjunto com a CORDE para examinar os gastos do CONADE. A  
165 Conselheira Izabel esclareceu que não existe no PPA um orçamento para o CONADE e as  
166 despesas são pagas pela Secretaria de Direitos Humanos e na falta de orçamento,  
167 completadas pela CORDE. De acordo o Conselheiro Tarcisio, era matéria vencida. O ponto  
168 seguinte seria Recomposição das Comissões que ficou para o dia seguinte. Na seqüência,  
169 **Atos Normativos.** O Relator foi o Dr..Joelson Dias que apresentou a nova composição da  
170 Comissão em decorrência do novo Regimento do CONADE; apresentação do novo  
171 representante da FARBRA, o Conselheiro Humberto Floriano. No item deliberação sobre  
172 processos, fez apenas um breve relato do que foi discutido pela comissão sem necessidade  
173 de deliberação por não haver parecer definitivo. O item quatro do relatório por ter sido  
174 objeto de deliberação na comissão, conseqüentemente foi apresentado a plenária para  
175 discussão. Tratou de reportagem da Folha de São Paulo e outros periódicos sobre passageiro  
176 com cadeira de rodas impedido de viajar pela GOL Linhas Aéreas, sob a alegação de que a  
177 bateria do equipamento oferecia risco ao vôo. A Comissão apenas tomou conhecimento da  
178 recomendação do Ministério Público Federal encaminhada para o CONADE, dando ciência  
179 de que já tomou todas as providências junto à GOL para que essa situação não se repita.  
180 Tendo em vista as considerações feitas pelo Dr. Antonio Carlos Sestaro, Dr.<sup>a</sup> Izabel Maior e  
181 Dr.<sup>a</sup> Carolina, trazendo novos fatos que não constam dos autos da Comissão, o Conselheiro  
182 Joelson sugere que oficiasse solicitando ao Ministério Público Federal maiores informações  
183 sobre esta matéria e que também seja solicitado à CORDE, cópia de sua manifestação sobre  
184 a natureza da bateria da cadeira de rodas que segundo relatado pela Dr.<sup>a</sup> Izabel, não

185 constitui carga perigosa e posteriormente de posse desses documentos possamos decidir  
186 que tipos de encaminhamentos estaremos adotando. Aprovado. O ponto a seguir foi o PL  
187 do Senado 209/2004 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que torna obrigatória a  
188 identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País. O  
189 Parecer do Relator foi pelo arquivamento tendo em vista que o braile é um sistema que  
190 ocupa bastante espaço e o fato de que a tecnologia de fabricação de aparelhos telefônicos  
191 tende a cada vez mais, produzir equipamentos muito pequenos não permitindo o  
192 acompanhamento da evolução tecnológica se for obrigatória a adoção desse sistema.  
193 Aprovado, conforme parecer da Comissão. *Informe dado pela Dr.<sup>a</sup> Izabel Maior.* Audiência  
194 referente ao Livro Acessível. No mês de setembro haverá convocação da Comissão que está  
195 estudando todos os projetos ligados ao tema relacionado a inclusão das pessoas com  
196 deficiência nas histórias infantis e na produção do livro e solicitou que as Instituições do  
197 CONADE que já estão envolvidas nesta questão fizesse uma lista de especialistas que  
198 possam ser convocados para participar desta audiência. Os demais itens do relatório não  
199 tiveram tempo hábil para parecer definitivo. O relato da Comissão finalizou com a proposta  
200 da CORDE para que a ABRAMET faça um estudo em relação ao condutor deficiente  
201 auditivo e que o CONADE se posicione em relação a Luta em Defesa do Deficiente  
202 Auditivo como condutor profissional, repudiando a ação da ABRAMET. Sugeriu fazer uma  
203 reunião prévia com especialistas indicados pela FENEIS e outra com a ABRAMET com  
204 um GT tirado do CONADE pra analisar as propostas apresentadas por ele. Dando  
205 continuidade no dia dois, esteve presente o **Dr. Mário Mamede Filho** ao qual o Presidente,  
206 Prof Adilson, pediu que desse uma saudação aos conselheiros. Ele comentou de maneira  
207 abreviada esse momento de passagem vivido por todos. Falou das dúvidas e inquietações de  
208 cada um desejando que a crise vivida seja superada dizendo que isso dependia da busca da  
209 verdade e das medidas que deviam ser aplicadas com a esperança de que com esse episódio  
210 a democracia fosse fortalecida. Esclareceu que nesse processo de mudança o Presidente  
211 Luiz Inácio Lula da Silva tomou algumas medidas e dentre elas foi a promoção de uma  
212 reforma ministerial e que nessa reforma, a secretaria de Direitos Humanos, que tinha o Dr.  
213 Nilmário Miranda com o status de ministro, houve uma queda de status que significou uma  
214 redução de poder havendo uma necessidade de mudança estrutural e algumas adequações  
215 que estavam sendo discutidas. Dentre as incertezas trazidas uma delas era a questão  
216 orçamentária. O contingenciamento existente desde o primeiro ano de governo vinha sendo  
217 superado por enorme esforço dos Conselhos, esforço de articulação da Secretaria e também  
218 da busca de apoio. A preocupação maior no momento, é em relação a realização das várias  
219 Conferências que precisam acontecer com sua expressão política e com todo brilhantismo.  
220 Solicitou apoio de um trabalho em consonância e esforço com companheirismo para  
221 superar todas as dificuldades para que as Conferências aconteçam. Finalizou dizendo ser  
222 esta a sua mensagem de preocupação, expectativa e otimismo. O Prof Adilson o  
223 tranqüilizou relatando as deliberações do dia anterior, referentes à Conferência gerando  
224 uma grande economia. Após manifestação de apóio por parte de alguns conselheiros e um  
225 breve debate, de toda essa discussão de mudança de status, o Dr. Mário Mamede sugeriu  
226 que o CONADE fizesse uma Moção de apoio para ser encaminhada à Presidência da  
227 República. Ficou resolvido que os Conselheiros Antonio Carlos Sestaro e Genésio ficariam  
228 responsáveis pela elaboração do documento. A proposta agora é fazer com que a Medida  
229 Provisória deixe de existir e a Secretaria de Direitos Humanos volte ao seu status. O Texto  
230 redigido com a colaboração do Conselheiro Idari foi lido e aprovado com dezenove votos a  
231 favor, um contra e uma abstenção, após alteração do nome para Carta Aberta. Também foi

232 aprovada por unanimidade a reunião extraordinária para o dia vinte e um de setembro cuja  
233 pauta será Avaliação e Efetivação das Políticas Públicas e da Legislação pertinente ao setor.  
234 Foi criado um GT de suporte com a finalidade de agilizar todas as decisões, composto pelos  
235 Conselheiros: Manoel Rosa, Tarcísio Cardoso, Ana Maria e Regina Atalla. **Comissão**  
236 **Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência.** A Relatora foi a Conselheira Regina  
237 Atalla. Em relação a pauta da Comissão foi proposto a prorrogação por mais cento e vinte  
238 dias para o término dos trabalhos da Comissão. Informou que a Comissão foi dividida em  
239 cinco sub grupos. Acessibilidade, Ciência e Tecnologia, Saúde, Assistência e Previdência,  
240 Trabalho e Educação, Esporte e Lazer. Informou também que existe um outro grupo  
241 composto pelo Dr.. Waldir, Dr.. Genésio e Dr.. Joelson, para cuidar de toda parte legal. Fez  
242 um apelo a duas áreas importantes que é Assistência e Habilitação e Assistência Saúde que  
243 em quatro meses não conseguiu reunir e nem avançar em nada. Falou de outra parte  
244 complicada ao seu ver, que é Previdência e Trabalho. Houve grande discussão sobre o  
245 CONADE querer ou não um estatuto. Chegou-se a conclusão que não há necessidade  
246 porque a Legislação é muito ampla precisando apenas ser cumprida e que o projeto  
247 existente é deficiente, não contemplando a demanda do CONADE, precisando ser ajustado.  
248 Foi proposta a ampliação da vigência de duração do estatuto e do prazo da Comissão, por  
249 mais cento e vinte dias ou até fevereiro se for o caso, com dezoito votos a favor, um contra  
250 e duas abstenções. Quanto ao número de membros da Comissão, ficou estabelecido que  
251 ficaria com oito membros como estava, a saber: Ministério da Saúde, Ministério da  
252 Educação, CEPED/RJ, CVI, Associação de Pais e Amigos Portadores de Deficiência dos  
253 Funcionários do Banco do Brasil, Associação Nacional do Ministério Público em Defesa  
254 dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência e OAB. **Comissão de Comunicação**  
255 **Social** – O Coordenador da Comissão, Conselheiro Janilton, informou que passou a  
256 integrar a Comissão, a Dr.<sup>a</sup> Denise Costa Granja, substituindo a Conselheira Márcia  
257 Graminhani, Ministério das Comunicações e também as Conselheiras Rita Maria e Maria  
258 do Carmo. Em seguida apresentou a Campanha da Acessibilidade e informou que a  
259 Comissão vai assumir a coordenação da Campanha. Solicitou ainda às outras Comissões  
260 que, após as reuniões, apresentem um resumo do que deve ser divulgado na página do  
261 CONADE. Informou também que será marcada audiência com o Ministro das  
262 Comunicações com os seguintes itens: Campanha da Acessibilidade e I Conferência  
263 Nacional das Pessoas com Deficiência. Em continuidade foi lido um texto de uma Indústria  
264 que pede revogação da isenção de imposto de importação de produto para pessoa com  
265 deficiência, protocolado no Ministério da Saúde. A empresa está colocando em dúvida a  
266 idoneidade da ABRASO. Não obstante a posição da empresa, o CONADE mantém a sua  
267 posição anterior em relação alíquota zero para bolsa de ostomia. O parecer foi aprovado  
268 com dezoito votos a favor. No item a seguir, a Conselheira Ritamaria apresentou a plenária  
269 o **Projeto de divulgação da I Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência**  
270 **através de projeção em Power Point.** Foi projetado o selo da Conferência, foi mostrado o  
271 objetivo da Conferência, o público estimado, o tema central. Falou sobre a campanha que é  
272 Conscientização e Ação Pró Ativa possibilitando a construção de uma sociedade inclusiva,  
273 solidária que possibilite igualdade e oportunidade. As metas da campanha são criação e  
274 lançamento do *site* da campanha, lançamento do gibi da Turma da Mônica, realização da  
275 caminhada em defesa da acessibilidade, realização do show de Fafá de Belém com a  
276 participação do Marcos Frota, Maurício de Souza e apresentação de artistas com e sem  
277 deficiência. Em relação ao apoio, ainda não tem definição. Deliberação: A realização da  
278 campanha e sua vinculação à Comissão de Comunicação Social foi aprovada por

279 unanimidade. **Comissão de Habilitação e Reabilitação.** A Comissão sugeriu que o  
280 plenário deliberasse sobre o encaminhamento imediato ao Ministro da Previdência Social  
281 de ofício a ser entregue pelo Presidente onde, além de expor as preocupações deste  
282 conselho com a Reabilitação Profissional, solicitar-se-ia o conhecimento oficial sobre o  
283 estudo em andamento no MPS e mais, a possibilidade do CONADE manifestar-se sobre o  
284 projeto ainda que *ad referendum* do plenário caso a urgência dessa manifestação seja  
285 requerida. O Plenário deliberou e aprovou a elaboração de um documento de apoio a ser  
286 redigido pelo Dr. Mauro Pena. Foi lido e discutido o ofício GS/1083 que responde ao  
287 encaminhamento feito pelo CONADE ao MS, onde se solicita revisão e readequação das  
288 tabelas de pagamento do SIAS/SUS pelos serviços de Reabilitação por reencaminhamento  
289 na resposta recebida para que seja esclarecido de modo objetivo. Após discussão, o parecer  
290 da Comissão foi aprovado com alterações pertinentes. A seguir, o Conselheiro Tarcísio  
291 Cardoso, fez exposição sobre proposição que cria o “Sistema de Cadastro e Informações  
292 sobre pessoas com deficiência – ATENDE, para ser discutido na próxima reunião. A seguir,  
293 foi deliberado a pauta para a próxima reunião da Comissão. **Comissão de Cão Guias** – Na  
294 falta do coordenador, o Conselheiro Genésio fez o relato da primeira reunião. A Comissão é  
295 composta pelo CEPED/RJ, ABEDEV, UBC, AMPID, MIN. TRANSPORTES E CORDE.  
296 Informes: A Dr.<sup>a</sup> Izabel Maior, declinou da sua posição no sentido de que a CORDE saísse  
297 da Comissão, já que é Observadora de todas as Comissões. A Comissão reuniu-se com os  
298 técnicos do projeto INTEGRA. Falou-se do adestramento das escolas de cão guias e sobre  
299 os critérios de escolha para o treinamento. Falou-se também sobre a regulamentação da lei  
300 e da profissão de adestramento de cão guia. Por se tratar de uma Comissão nova não houve  
301 necessidade de deliberações. **Informes Gerais.** O GT para agilizar as decisões  
302 deliberadas, coordenado pela Conselheira Regina Atalla, informou que na reunião do dia  
303 vinte e um, será apresentado pela sociedade civil e pelo governo um balanço sobre a  
304 efetivação dessas políticas com a proposta de se enviar um pequeno roteiro destacando o  
305 que é essencial de cada área para a consolidação desse documento. A reunião será pela  
306 manhã e no período da tarde uma grande manifestação. Será tirada uma Comissão para  
307 entrega do documento ao Presidente Lula, ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado  
308 Severino. Essas providências práticas foram aprovadas conforme propostas. O Dr. Mauro  
309 Pena fez a leitura do documento elaborado para ser encaminhado ao Ministro da  
310 Previdência Social. O mesmo foi aprovado. Proposta de apoio a Associação Brasileira  
311 Benfíciente em Reabilitação do Rio de Janeiro. O CONADE deliberou e aprovou uma  
312 Moção de Apoio a ser elaborada pelo Dr. Mauro Pena e Regina Atalla e encaminhada ao  
313 Prefeito, Governador e o Ministério da Saúde do Rio de Janeiro, pelo não fechamento dessa  
314 Instituição. O Conselheiro Marcos Bandeira, solicitou agendar para a próxima reunião a  
315 matéria referente ao Passe Livre. A Conselheira Madalena solicitou encaminhamento de  
316 ofício ao Ministério do Turismo para que a SEDH esteja representada no Conselho  
317 Nacional de Turismo. Informou ainda, que no Planejamento Estratégico ficara responsável  
318 pela elaboração de um projeto de Seminário para Gestão Pública Federal e que o projeto já  
319 está pronto, solicitando colocar o assunto em pauta para a próxima reunião. Nada mais  
320 havendo a tratar, às 17: 00 horas, foi encerrada a sessão. E, para constar, essa ata após lida e  
321 aprovada, será assinada pelo presidente.

322

323

324

325

Prof. ADILSON VENTIRA

326

Presidente do CONADE

327

328

329

330

331

332